

“Arrancar Inhame”: Entre a Ilegalidade e a Resistência*

Marcelo Alario Ennes, Luanne Michella Bispo Nascimento, Mônica Santos Oliveira

*Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto de Carvalho, Itabaiana/SE
m.ennes@uol.com.br, luanne_12@hotmail.com, oliveira.monicapedagogia@gmail.com*

(Recebido em 30 de outubro de 2009; aceito em 30 de novembro de 2009)

O presente artigo apresenta resultados de um ano do projeto de pesquisa: Identidade, poder e Meio Ambiente: Parque Nacional Serra de Itabaiana. O objetivo do nosso trabalho foi discutir um impasse atribuído às práticas insustentáveis: de um lado, o não cumprimento da legislação ambiental de proteção do ParNa, e de outro, a garantia da sobrevivência da comunidade afetada que pode ser interpretada como uma forma de resistência ao modelo existente de proteção ambiental. Os povoados objetos de nosso estudo foram o Mundês e o Bom Jardim. Este apresenta 596 habitantes, no qual a maior parte é alfabetizada. Porém, a renda da maioria é inferior a um salário mínimo. A prática econômica predominante é a agrícola. Já o povoado Mundês possui 889 habitantes e apresenta um índice de alfabetização bem inferior ao do Bom Jardim. Além disso, a renda da maioria de seus moradores gira em torno de três à quatro salários mínimos. Entre as principais atividades econômicas, encontra-se a produção de tijolos e telhas em olarias e cerâmicas. O estudo foi desenvolvido com base em etnografia e técnicas de relatos orais e história de vida. Pelo fato dos povoados localizarem-se entorno de uma área de proteção, suas comunidades tiveram algumas atividades econômicas restringidas, criando assim impasses entre o IBAMA e os moradores desses povoados. Dessa forma, as condições de vida da comunidade diminuíram, pois deixaram de realizar suas principais atividades geradoras de renda e por enquanto não foram indenizados. Contudo, ainda acontece de forma ilegal uma prática insustentável popularmente conhecida como “arrancar inhame”, um código utilizado pelos moradores do Bom Jardim que se trata da extração de pedras na Serra. Tentar modificar os hábitos de qualquer sociedade sem levar em consideração suas peculiaridades identitárias e suas condições de vida pode acarretar no insucesso de tais ações. Por isso, espera-se que o IBAMA, como órgão executor das restrições impostas pelo Parque Nacional Serra de Itabaiana, se atenha a tal questão para conseguir implantar no modo de vida da comunidade a idéia da sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Parque Nacional Serra de Itabaiana, resistência.

This paper presents results of a year of research project: identity, power and the Environment: National Park Serra de Itabaiana. The aim of our study was to discuss an impasse attributed to unsustainable practices on the one hand, failure to comply with environmental legislation for protection of National Park, and others, ensuring the survival of the affected community that can be interpreted as a form of resistance existing model of environmental protection. The villages objects of our study were the Worlds and the Bom Jardim. It has 596 inhabitants, where most are illiterate. However, the income of the majority is less than minimum wage. Practice economic activity is agriculture. Already the village the world has 889 inhabitants and has a literacy rate well below that of the Good Garden. Moreover, the income of its residents is around three to four minimum wages. The main economic activities, is the production of bricks and tiles and ceramic pottery. The study was developed based on ethnography and techniques of oral history and life history. Because the little town based around a protected area, their communities have restricted some economic activities, thus creating impasses between IBAMA and the residents of these villages. Thus, the living conditions of the community have decreased since failed to perform their main income-generating activities and so far have not been compensated. However, it still happens illegally an unsustainable practice popularly known as "Arrancar Inhame" a code used by the residents of Bom Jardim that it is a stone quarry on the mountain. Trying to change the habits of any society regardless of their peculiarities identity and their living conditions may result in the failure of such actions. Therefore, it is expected that IBAMA, as executing agency of the restrictions imposed by the National Park Sierra de Itabaiana, to attend to this matter to get implanted in the way of life of the community the idea of sustainability.

Keywords: Sustainability, Parque Nacional Serra de Itabaiana, resistance

1) INTRODUÇÃO

O presente artigo irá discutir a prática ambientalmente insustentável conhecida como “arrancar inhame” observado no Povoado Bom Jardim, localizado a área do entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI). Tal prática revela o impasse entre o não cumprimento da legislação ambiental de proteção de Parques Nacionais e, de outro, parte da garantia de sobrevivência de moradores da comunidade afetada que pode ser interpretada como uma forma de resistência ao modelo existente de proteção ambiental.

Para a elaboração deste artigo utilizamos alguns dos resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto “Identidade, poder e meio ambiente: Parque Nacional Serra de Itabaiana” desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos Sociedade e Natureza (UFS/ITA) e do Grupo de Pesquisa Filosofia e Natureza (PRODEMA/UFS), que tem o objetivo de conhecer e refletir de modo mais aprofundado as mudanças das relações sociais produtoras do processo de (des/re) construção de identidade dos moradores dos povoados do Bom Jardim e Mundês localizados no entorno da Serra de Itabaiana no contexto da criação do Parque Nacional e da conseqüente instauração de novas fronteiras simbólicas e físicas.

No que diz respeito às primeiras visitas *in loco*, pôde-se observar, que o povoado Bom Jardim se diferencia do Mundês por causar, aparentemente, menor impacto ambiental e também por não existir olarias ou outra atividade econômica cujo desenvolvimento agrida visivelmente a área protegida pelo PARANASI. Porém, um olhar mais atento permitiu-nos verificar que também há extração ilegal de pedras, terra e madeira por parte dos moradores do Bom Jardim para o consumo próprio e, também, para venda.

Por sua vez, as primeiras visitas ao povoado Mundês pôde-se perceber um maior impacto ambiental na serra e em seu entorno. Foi constatada a presença de olarias e cerâmicas, atividades de grande impacto ambiental e que contraria as restrições de uma área de proteção.

Com o projeto “A criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana e a Sustentabilidade nos Povoados”¹, pudemos obter dados de cunho quantitativo relacionados aos povoados. O Bom Jardim possui 596 habitantes, dos quais a maior parte é alfabetizada. Porém, a renda da maioria é inferior a um salário mínimo. A prática econômica predominante é a agrícola e a extrativista é pouco representativa. Já o povoado Mundês possui 889 habitantes e apresenta um índice de alfabetização bem inferior ao do Bom Jardim. Além disso, a renda da maioria de seus moradores gira em torno de três a quatro salários mínimos, situação mais favorável quando comparada a da população do Bom Jardim. Entre as principais atividades econômicas, encontra-se a produção de tijolos e telhas em olarias e cerâmicas.

A Serra de Itabaiana, juntamente com Serra Comprida e Serra do Cajueiro, localiza-se dentro dos limites da unidade de conservação Parque Nacional Serra de Itabaiana. Com aproximadamente 7966 ha. de área, o Parque estende-se entre os Municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Itaporanga D’Ajuda e Laranjeiras, no estado de Sergipe.

A primeira fase da transformação da Serra em área de proteção e conservação ambiental compreende os anos entre 1979 e 2005. Nesse período uma área de 288 ha era protegida como Estação Ecológica. Tanto o Parque Nacional quanto a Estação Ecológica são unidades de conservação (UC) e têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas. Essa proteção e preservação ocorrem por meio de restrição, ou seja, quando todos os usos não são permitidos pela UC define-se esta como área de preservação integral (SNUC, 2000). No caso em estudo, a Estação Ecológica foi transformada em Parque Nacional em 16 de junho de 2005 por meio da portaria presidencial nº 84.017.

A estação ecológica não admite presença de comunidades em seu interior. Normalmente, UCs integrais possuem maior dificuldade em legitimar-se perante as populações de seu entorno,

¹ Projeto desenvolvido entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes, o projeto contou com a participação dos alunos Sofia Cerqueira Schettino, Isis Anniele da Hora Bastos, Luanne Michela Bispo Nascimento e Manoel Messias de Mendonça vinculados ao Programa Iniciação Científica Voluntária (PicVol/UFS).

exigindo fiscalização intensa. Dessa forma, uma das hipóteses do nosso estudo consiste na idéia de que as restrições legais de uma Estação Ecológica é parte dos motivos que influenciou na criação do Parque Nacional em detrimento da Estação Ecológica, já que os Parques Nacionais deixam uma brecha para certo diálogo entre UCs e comunidades.

O Parque Nacional é uma das modalidades de proteção ambiental e foi regulamentado sob a forma de lei pela primeira vez no Brasil na década de 1940, em um contexto em que a discussão sobre a questão ambiental começa a tomar forma no continente sul americano. Nos dias de hoje, conforme o IBAMA os Parques Nacionais:

“são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade de seu todo.” (BRASIL, 1999).

O Parque Nacional é uma das categorias de UC, tendo o objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000).

2) MATERIAL E MÉTODOS

Ainda que tenhamos nos apoiado em dados quantitativos coletados em outros momentos do desenvolvimento da pesquisa², o presente artigo foi produzido, sobretudo, com base em dados qualitativos. Para tanto, a metodologia foi desenvolvida com base nas orientações de BRANDÃO (2007) e QUEIROZ (1988)

Assim, de acordo com Queiroz (1988), por meio de relatos orais e histórias de vida de alguns moradores percebermos as mudanças nas formas de relação entre a população do povoado Mundes com a serra. Para a autora, as histórias de vida devem ser utilizadas como “ferramenta valiosa” para intensificar os estudos das “profundezas dos seres humanos”. É por meio dessa técnica que nos coloca no ponto de encontro das relações o interior e exterior do indivíduo.

Desse modo, é possível ir além de uma abordagem objetivista que tende “reduzir a realidade social à aridez dos números pareciam amputá-la de seus significados” (QUEIROZ, 1988,). Assim, para a autora “entrevistas qualitativas encerram a vivacidade dos sons, a opulência dos detalhes, a quase totalidade dos ângulos que apresenta todo fato social” (QUEIROZ, 1988)

A preocupação em não dissociar problemas ambientais dos sociais nos levou a adotar alguns dos procedimentos metodológicos sugeridos por Brandão (2007).

“O trabalho de campo [...] é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento. A experiência de trabalho de campo tem uma dimensão muito intensa de subjetividade. Sempre o próprio material de campo, sempre a própria experiência do trabalho de campo redefine projetos, hipóteses de trabalho, metodológicas e assim por diante.” (2007, p. 13)

Por se tratar de uma situação de conflito ambiental, a realização da pesquisa exigiu alto grau de confiabilidade na relação entre pesquisadores e entrevistados. Desse modo, procurou agir de modo a não intimidar os informantes. Segundo Brandão:

“essa lenta entrada, essa mineira entrada, não tem aquela característica de um trabalho invasor em que as pessoas se sentem de repente visitadas por um sujeito que mal chegou ao lugar, saltou do carro e começou a aplicar um questionário” (BRANDÃO. 2007,p.14)

² O trabalho de levantamento de dados quantitativos de fontes primárias e secundárias foi desenvolvido entre os anos de 2007 e 2008.

Após a coleta das informações com base nesses princípios, transcrevemos e/ou sistematizamos as informações obtidas pelo trabalho de campo. No caso dos relatos orais, os procedimentos adotados dividiram-se em anotações e registros da realidade observada nos povoados. Desse modo, fizemos duas visitas de reconhecimento ao povoado, sem levar questionários, gravador ou qualquer outro instrumento para registrar a entrevista, a não ser o caderno de campo. Segundo Brandão (2007), nos primeiros contatos deve-se proceder a “contaminação” com o local, ou seja, procurar não entrar diretamente numa relação de pesquisa. Seguindo esse procedimento, nas primeiras visitas procuramos estabelecer apenas de conversas amistosas para uma melhor relação entre entrevistador e entrevistado.

Após a identificação do entrevistado³ e a constituição da “rede de informantes” por meio da técnica “bola de neve”, realizamos as entrevistas, por meio das quais, procurou-se obter subsídios para que pudéssemos atingir os objetivos do estudo.

A realização do trabalho de campo nos colocou frente aos da chamada “resposta espelho”, quando o entrevistado não responde aquilo que ela pensa, mas sim, responde aquilo que o entrevistador quer ouvir. Segundo o autor BRANDÃO:

Quando o grau de confiabilidade ainda é pequeno, muitas vezes faz isso através de uma atitude defensiva, que é essa de um espelhar a sua resposta, ou seja, ao invés de dizer a coisa como pensa, ela diz de uma maneira não comprometedor e ao mesmo tempo de maneira não ofensiva (1983, p.26).

Esta situação ocorreu pelo fato dos moradores viverem em uma área de proteção ambiental e por manterem relações com agentes de órgãos oficiais que fiscalizam a área, o que parece ter dado origem a um discurso “ambientalmente” correto.

3) RESULTADO E DISCUSSÃO

Por não ter ocorrido num vazio demográfico, à criação do PARNASI impôs uma série de problemas. Entre os mais facilmente observados estão os produzidos pelo conflito entre as imposições legais de proteção à área e as atividades econômicas da população ali já existente antes da implantação do Parque⁴. Esses conflitos fazem-se presentes já que na condição de UC, os Parques Nacionais permitem em seu interior, apenas atividades sustentáveis. Assim, tanto em sua implantação quanto em sua gestão deve-se levar em conta a biodiversidade, os aspectos econômicos e sócios culturais da área.

Para os povoados localizados nas proximidades da Serra de Itabaiana, a área tem importância cultura, religiosa e econômica. Nesse último aspecto, a implementação do PARNASI, trouxe o impasse entre a preservação ambiental e a ameaça do desemprego e a diminuição da renda dos moradores.

Em uma das entrevistas no povoado Mundês, um informante comentou que sua relação com a serra era para o lazer (caminhadas) e para algumas festividades religiosas como, por exemplo, o Dia de todos os Santos. O informante relatou que essa tradição religiosa acabou devido da intervenção do IBAMA, já que comum que a prática de queimadas durante a realização das cerimônias.

³ De acordo com Brandão (2007), existem três tipos de entrevistados: “O entrevistado de dado é o sujeito pobre de experiência, ou então o sujeito de experiência, mas fechado, de quem não se consegue na entrevista mais de alguns dados, mais que algumas informações a respeito de como a coisa é. Depois o sujeito, o entrevistado, o informante que da material crítico, que dá realmente o discurso; é o sujeito que fala, que explica, que diz uma história de visto, que interpreta fatos. Por último, o informante especialista, o informante que não só produz dados populares com muita precisão, como também é aquele que entende profundamente da coisa, e ele fala como um especialista. (BRANDÃO, 2007, p.18)

⁴ A esse respeito ver DIEGUES, Antonio Carlos. PAULO JOSE NOGARA. **O nosso lugar virou parque:** estudo socio-ambiental do saco de Mamangua-Parati. São Paulo: NUPAUB / USP, 1994. e DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª Edição, São Paulo: Hucitec: 2001.

A relação econômica com a Serra parece não ter passado mudanças significativas desde a implantação do PARNASI. Um exemplo concreto são as atividades de outro informante do Povoado Mundês. Dono de uma pequena olaria instalada no fundo de sua casa demonstrou conhecimento sobre leis ambientais e das limitações de fiscalização por parte dos órgãos oficiais sobre a área protegida. Revelou, também, o domínio do jogo entre o respeito pontual em relação a algumas imposições legais e o conhecimento dos caminhos para manter os negócios por meio das brechas na legislação e de estratégias de exploração de recursos naturais da área protegida.

Com base em outro depoimento, obtivemos informações sobre as mudanças quanto às atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade no povoado Bom Jardim em áreas próximas da Serra de Itabaiana. De acordo com nosso informante:

Geralmente os moradores daqui viviam da roça, tanto plantavam aqui no povoado quem tinha terra, quem não, plantava no terreno de outros. Outros davam para que as pessoas plantassem. E falando da Serra também plantavam lá fazendo roça. Naquele tempo não existia proibição de queima, podia se roçar a mata onde quisesse roçar, tirava a lenha e plantava milho, mandioca, etc. Porque também não existia proibição como existe hoje em dia. Tem a proibição, quase não estamos, quase não, não estamos mais roçando nem queimando. Até quando existe fogo vem o pessoal de fora pra apagar e nós temos todo o cuidado para que a Serra seja preservada com toda sua mata e arvoredo. E não se roça mais, a não ser, abaixo do pé da serra, lugares que já vinha se plantando, desde aquele tempo até agora. Pedaco de malhada geralmente no pé da serra, que é todo de mata, não se roça nem se queima. (Depoimento coletado. Trabalho de campo, maio de 2009).

O relato acima é ilustrativo das mudanças em relações às práticas econômicas existentes no povoado antes da implantação da transformação da Serra de Itabaiana em uma área de proteção ambiental. No entanto, apesar da maioria dos entrevistados do povoado Bom Jardim em seus relatos afirmar que as práticas extrativistas e de agricultura são quase inexistentes, outros depoimentos indicam outra realidade.

Em uma de nossas visitas, tivemos a oportunidade de obter, em uma conversa informal com vários moradores, informações sobre uma prática de extração de pedras destinadas à construção civil. Por se tratar de uma prática ilegal, os moradores se referiam a essa atividade por meio do eufemismo “arrancar inhame”. Trata-se de uma prática não sustentável uma vez que degrada o meio ambiente e, ainda, explora de forma perversa a mão-de-obra, pagando cerca de R\$ 15,00 por dia aos trabalhadores que carregam caminhões inteiros de pedras.

Além disso, pudemos constatar no Bom Jardim pequenas áreas de extração de areia (foto 1) e de roça, que possivelmente sejam para uso próprio da população. Já no povoado Mundês pôde-se perceber a extração de terra (argila e areia), e de lenha para o abastecimento das olarias e cerâmicas ali existentes.

A indefinição da situação legal do PARNASI contribui para a intensificação dos conflitos ambientais na área. Um exemplo disso é a situação dos proprietários de terras que ficaram impossibilitados de realizarem suas atividades econômicas por causa das restrições legais impostas pelo IBAMA, mas por enquanto não foram indenizados. Esse fato espalhou pela comunidade um sentimento que as terras ficaram “sem donos”. Em razão disso, constatamos, por meio de um relato de um dos moradores que suas terras estavam sendo invadidas por outras pessoas que extraíam madeiras. A ação desses “invasores” era justificada pela idéia de que a área e a madeira nela existentes não pertenciam a ninguém.

Fotografia 1 – Área de extração de areia no Povoado Bom Jardim (2008)



Fonte: Acervo do Grupo de Estudo Sociedade e Natureza

Fotografia 2 – Presença de cerâmica e de área de extração de areia. Povoado Mundês (2008)



Fonte: Acervo do Grupo de Estudo Sociedade e Natureza

Desse modo, observa-se a existência de um impasse vivenciado de um lado pela criação do Parque Nacional, que impõem restrições legais ao uso da Serra de Itabaiana e de seu entorno e, de outro, pela realidade dos povoados caracterizados pela dependência econômica e seus moradores aos recursos naturais e de atividades econômicas não sustentáveis ali existentes. Os conflitos sócio-ambientais ali existentes têm origens em, ao menos, dois fatores: de um lado temos as leis ambientais que, em relação ao PARNASI delimita o uso daquele espaço, e de outro, temos a resistência de diversos atores, dentre eles: as olarias que exploram os recursos minerais e a força de trabalho na região; as atividades extrativistas e agrícolas que exercem uma forte dependência econômica sobre os moradores.

Por meio de alguns depoimentos percebemos certa desaprovação da atuação do IBAMA por parte da comunidade. Esse comportamento de repulsa em relação ao IBAMA pode gerar um grupo com características identitárias distintas das demais. Essas relações deram origem ao que Castells denominada de identidade de resistência, ou seja, uma identidade “[...] criada por atores

que se encontram em oposições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação [...]” (CASTELLS, 2000, P.24).

Por impossibilitar a prática de algumas atividades tradicionais no povoado, a presença do IBAMA pode ser considerada um fator desagregador de formas tradições de produção econômica e com ela o modo de vida dos povoados do entorno da Serra de Itabaiana. Nesse contexto, várias práticas e representações sociais, como as observadas nos povoados Bom Jardim e Mundês devem ser pensadas não apenas como expressão de atos ilícitos, mas também como forma de resistência às mudanças econômicas, sociais e culturais impostas pela criação do PARNASI.

Assim, a idéia de resistência é ambígua já que nos remete, ao mesmo tempo, a situações que muitas vezes podem ser vistas como conservadoras, no sentido de não incorporar valores e atitudes necessárias às mudanças sociais, econômicas e culturais; mas, também revela, uma situação em que atores sociais não participam de maneira ativa da concepção e implementação dessas mudanças cabendo-lhes apenas a obrigação de adequarem-se aos “novos tempos”. Movimentos de resistência como esses, são frequentes em situações de mudanças profundas como as observadas na passagem para as formas capitalistas de produção na Europa⁵

4) CONCLUSÃO

Os dados e as reflexões apresentadas nesse artigo nos chamam atenção para importância da dimensão cultural no debate sobre sustentabilidade. Como se viu, a criação de uma unidade de conservação ambiental não é suficiente para se garantir que as relações entre sociedade e natureza ocorram dentro dos marcos legais impostos pela legislação.

O estudo revelou que formas tradicionais de produção resistem em grande parte em razão da criação do PARNASI não vir acompanhada de formas alternativas de renda e trabalho. Desse modo, fica claro que os problemas ambientais não estão somente associados a aspectos econômicos e nem aos danos causados apenas ao ambiente físico. Na realidade, os conflitos ambientais são, também, conflitos culturais que expressam confrontos e embates entre “visões de mundo” e valores diferentes. Desse modo, o sucesso de projetos de sustentabilidade depende da inclusão da dimensão da cultura e gestão locais.

Do mesmo modo, tentar modificar os valores de indivíduos e grupos sociais sem levar em consideração suas peculiaridades identitárias e suas condições de vida, pode acarretar no insucesso de tais ações. Por isso, é grande importância que os órgãos públicos, a exemplo do IBAMA, leve em consideração a realidade econômica e cultural dos povoados localizados no entorno do PARNASI.

Os relatos e depoimentos obtidos pela pesquisa permitem verificar que a população incorporou novos valores e novas práticas orientadas pelos princípios da sustentabilidade, como fica claro no abandono, por parte da população, de práticas religiosas e formas de lazer existentes antes da transformação da região em unidade de conservação ambiental.

Por outro lado, a prática velada de extração de pedras identificada na pesquisa por meio do eufemismo “arrancar inhame”, ainda que predatória e ilegal, revela uma estratégia que visa garantir a sobrevivência de uma grande parte da população.

Essa é uma situação de impasse que se revela de modo ambíguo onde formas de resistência a mudanças quase sempre impositivas, como a criação, do PARNASI, se manifestam por meio de ações ilegais e predatórias.

* Apoio: PIBIC/CNPq e PIBIC/FAPITEC.

1. CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
2. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Vol.10, n.1, Jan/Jun, 2007, p.11-27.

⁵ A esse respeito ver THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

3. DIEGUES, Antonio Carlos. **O nosso lugar virou parque: Estudos sócio-ambiental do Saco de Mamanguá- Parati- Rio de Janeiro.** São Paulo, 1994. p. 17-92.
4. CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
5. ENNES, Marcelo Alario. Identidade, Natureza e Sustentabilidade. In: SILVA, Antonio Carlos. **Filosofia e Natureza.** São Cristóvão, SE: EDUFS, 2007.
6. MMA- Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estudos prévios para a criação do Parque Nacional do Domo de Itabaiana- SE.** IBAMA, novembro, 2004, p.106.
7. QUEIROZ, Maria “Isaura Pereira de- Relatos Orais: do “Indizível” ao” “**Dizível**”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.) – Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988, p. 14/43.
8. TEIXEIRA, Cristina. **O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social.** RBCS. Vol.20 n°59 Out/2005.
9. VECCHIATTI, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura.** São Paulo em perspectiva. São Paulo, v.18, n.3, p.90-93, 2004.